

O FOMENTO AO TEATRO NA CIDADE DE SÃO PAULO

Marco Antonio Bueno Ricardo¹

RESUMO

O presente trabalho pretende deter-se na discussão do Programa de Fomento ao Teatro na Cidade de São Paulo no período de 2.002 a 2.008. Analisar a proposta de um trabalho de pesquisa continuado, mediante a participação e observação do trabalho do ator e de um grupo teatral não contemplado pela Lei de Fomento ao Teatro. Pretende-se um entendimento a partir do Movimento de um grupo de artistas, que foi o prenúncio para adoção de uma política publica para o teatro. O Objetivo é o de se discutir os caminhos para a construção da cidadania em direção a emancipação. Vislumbra-se o entendimento de que as manifestações artísticas teatrais, dentro das culturas subalternas, possibilitam a emancipação de uma sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: teatro, fomento, ator, cultura, arte.

¹ Graduado em Administração de Empresas pela UniSantana. Produtor Cultural e Ator formado pela Fundação das Artes de São Caetano do Sul – e-mail: marcobuenoator@terra.com.br
Pós-Graduando em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos – Celacc-ECA-USP, com orientação do Prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier.

ABSTRACT

This study was aimed to discuss the program “fomentation for theatre” in São Paulo city during the period of 2002 until 2008. To analyse the proposal of one research, by joining and observing an actor and a group’s work which was not chosen by the Theatre Fomentation Law. With this, we aim to have an understanding by studying the movement of a group of artists, which was the beginning for a public politic for the theatre. The intention is to discuss the ways in order to construct the citizenship toward the emancipation. It comes up that the artistic dramatic events, within the subaltern cultures, make it possible the emancipation of a society.

KEY-WORDS: theatre, fomentation, actor, culture, art.

RESUMEN

El presente trabajo pretende detenerse en la discusión del Programa de Fomento al Teatro en la ciudad de São Paulo en el periodo de 2.002 a 2.008. Analizar la propuesta de un trabajo de pesquisa continuo por medio de la participación y observación del trabajo del actor y de la compañía teatral no amparado por la Ley de Fomento al Teatro. Pretendese un entendimiento a partir del movimiento de un grupo de artistas, que fue el prenuncio para adopción de una política pública para el teatro. El objetivo es discutir los caminos para la construcción de la ciudadanía hacia la emancipación. Entendimientos son vislumbrados en el sentido de que las manifestaciones artísticas teatrales, dentro de las culturas subalternas, posibilitan la emancipación de una sociedad.

PALABRAS-CLAVE: teatro, fomento, actor, cultura, arte.

INTRODUÇÃO

Ao iniciar o debate acerca das políticas públicas para a cultura, sobretudo para o fomento ao teatro, há que se remeter a uma série de investigações para possibilitar refletir sobre as argumentações nas discussões que se seguem.

Produtores teatrais conduziram debates e planos de estratégia em direção a criação de um programa que fosse contra a crescente desigualdade da partilha do patrocínio cultural. A pretensão era a de observar e desvendar os mecanismos para se promover e trazer ao contrário do que se praticava acerca do capital financeiro acima de quaisquer outros. O que se propunha era ressaltar e fazer valer os direitos e obrigações previstos na Constituição de 1.988², que delega ao Estado, vários compromissos entre eles, aqueles que envolvem a previdência, saúde, educação e cultura.

Foi dentro de um movimento artístico-cultural, denominado “Arte Contra a Barbárie” que apontaria para um importante marco. O primeiro manifesto era levado ao público, no Teatro Aliança Francesa. Era justamente dentro deste pensamento que o movimento “Arte Contra a Barbárie” viria reivindicar uma intervenção do Estado para adoção de uma política que pudesse proporcionar uma sustentabilidade, para apoio àqueles grupos teatrais, onde se pretendia transformar a condição de mercantilização imposta à cultura no país, culminando como uma verdadeira política de eventos.

O teatro precisava ser visto por outros horizontes, promovido por uma política cultural que deixasse de conduzi-lo com o único pensamento de cunho economicista e, que pudesse emancipá-lo ao que deveria de fato acontecer dentro dos bens culturais de uma sociedade. Pensava-se no teatro dentro de um processo cultural, como a devida e fundamental importância, assim como é o transporte, a saúde e a educação, culminando desta maneira na direção aos elementos que se espera no envolvimento com a cultura, tais como, a transformação e a inclusão como precursores da construção de uma efetiva cidadania.

² A Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988, logo em seu Preâmbulo, ressalta todos os direitos que devem ser assegurados para que de fato seja instituído um Estado Democrático. O Artigo 215 na seção II da Cultura é mais explícito.

Ao pensar no termo “ teatro ”, logo se percebe mais uma das diversas manifestações artísticas. O teatro é uma das possibilidades de inclusão social, que colabora com o desenvolvimento sustentável, possibilitando a transformação de uma realidade. Ele solidifica e promove uma política pública com interesses a que busque a emancipação. Em direção a este universo, se vê logo a mediação reflexiva de um olhar profundo e tocante no que se refere à sociedade e cultura, dentro de um advento composto pelo capitalismo e revestido pelo processo moderno da Indústria Cultural.

Pensando aqui tratar da arte desenvolvida pelo ator, como aquela que acima de tudo abarca o processo da organização das estruturas culturais, lidando com a diversidade cultural, trazendo a tona uma cumplicidade com a pesquisa e o desenvolvimento de uma estética capaz de proporcionar o elo com a construção de uma efetiva política cultural.

1.- CULTURA E SOCIEDADE

Frequentemente o termo cultura é associado com exclusividade às formas das Belas Artes, sem depreciar a importância destas. Teixeira Coelho aponta para uma anotação de Raymond Williams, sobre a “dificuldade para com o termo”, onde o autor reflete em um primeiro momento, num sentido mais estrito, que *“cultura designa o processo de cultivo da mente, nos termos de uma terminologia moderna e cientificista, ou do espírito, para adotar um ângulo mais tradicional”*, conforme Williams apud Coelho (2004: p.103). Isto posto, perceber-se-ia num primeiro momento, uma possível marginalização de parte da sociedade, onde seria privilegiada a cultura de elite ou aquela dita como superior, ao se perceber que muitos, por não terem um lado mental ou espiritual desenvolvido, não teriam acesso aos valores culturais que abarcam este pensamento. Por outro lado, raciocinando que para se ter desenvolvido o estado mental ou espiritual, há que se levar em consideração as práticas culturais e os instrumentos deste processo, pois estes levariam em conta a compreensão da forma de como se organiza uma sociedade para que se supram suas próprias necessidades e os seus desejos simbólicos.

Uma acepção mais abrangente é conferida pelo autor Fernando Azevedo quando atribui todos os tipos de produtos advindos da atividade social, moral, artística e científica, que formariam a base para a evolução social. Sendo assim, pode chegar ao entendimento de que todos os povos possuem cultura. Segundo o autor, este seria um entendimento de pensamento “anglo-americano” de cultura, que abarcaria não só os “*elementos espirituais, mais todos os modos de vida e, portanto, também as características materiais da vida e da organização de diferentes povos*” (AZEVEDO, 1996: p.28). Este sentido de Cultura como base para a “evolução social”, faz parte de uma literatura que trava debates no Brasil há um bom tempo. É certo que a cultura nacional se apresenta bem diferente da de outros povos, sejam eles europeus, norte-americanos ou de qualquer outra nacionalidade – mas, é justamente essa diferença que a faz ser “nacional”.

Renato Ortiz em sua obra “Cultura Brasileira e Identidade Nacional”, traz em discussão o “ser nacional”³. O autor propõe discutir o novo momento do estado brasileiro, construído e reinventado a partir da reinterpretação do popular pelos diversos grupos sociais. Ortiz ratifica o debate que vai em direção contrária a existência de uma identidade autêntica, que faz remeter a cultura como existência de “cópia” ou reprodução de idéias das grandes metrópoles internacionais, ao questionar a permanência de uma cultura alienada, importada dos grandes centros. Ressalta ainda a evolução e transformação das diversas sociedades, reinventadas e modificadas nos diversos momentos históricos pelos diversos grupos sociais. Desta forma se pode chegar ao entendimento de que se existe uma pluralidade de identidades construídas ao longo da história, sobretudo pelo caminho que produz a reinterpretação do popular pelos grupos sociais.

Quando Gramsci⁴ parte dos conceitos elitistas, a “*cultura como um saber enciclopédico, uma atividade especulativa e reservada aos grandes talentos e envolvida dentro do campo artístico e educativo*”, conforme Gramsci apud Ferreira (2007: p.6). Percebe-se com este pensamento focado por Gramsci, que é dentro da prática social que a cultura é conservada e renovada sob um conceito dinâmico e historicista.

³ Um capítulo de destaque é o que trata Alienação e Cultura: o ISEB.

⁴ No artigo: “Os Desafios da Produção Científica no Neoliberalismo: As Culturas e a Comunicação Subalternas”, Maria Nazareth Ferreira busca o conceito e pensamento Gramsciniano para possibilitar o entendimento do estudo da culturas subalternas, refletindo o que seria o popular subalterno para Gramsci.

Maria Nazareth Ferreira diz: *“O popular subalterno seria então aquela produção cultural que apresenta uma concepção particular do mundo e da vida, refletindo o caráter coletivo dos processos, manifestações e bens do próprio povo”* (FERREIRA, 2007: p.7). Uma das análises sobre este pensamento de Maria Nazareth Ferreira, em encontro com o conceito de cultura trazido por Gramsci, faz com que se pense nas categorias de classes envolvidas neste processo, no que tange às classes subalternas, cuja definição transcende ao desígnio econômico e passa para o pensamento da dominação cultural, onde se constata o campo de conflito entre esta classe subalterna e a hegemonia dominante. Em muitos momentos esta luta pode ser tão tamanha que chegamos sem dúvida a verdadeiros processos transformadores dentro de uma vigência político-cultural.

2.- O MOVIMENTO EM PROL DE UMA POLÍTICA CULTURAL

Chega-se agora a um importante ponto de partida para a discussão pretendida na busca de uma política pública para a cultura, neste momento com foco para o fomento ao teatro na cidade de São Paulo. Uma reflexão, que contribui para a discussão, traz agora o pensamento de Teixeira Coelho:

“...a política cultural é entendida habitualmente como um programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas” (COELHO, 2004: p.293).

Coelho coloca em tela a viabilização da Política Cultural como uma ciência da organização das estruturas culturais.

É ressaltado pelo movimento “Arte Contra a Barbárie”: *“O teatro é uma forma de arte cuja especificidade a torna insubstituível como registro, difusão e reflexão do imaginário de um povo”* (COSTA & CARVALHO, 2008: p.21). Este é o parágrafo inicial do Primeiro Manifesto “Arte Contra a Barbárie”⁵, onde em seu teor, ficaria registrado uma cadeia de apontamentos

⁵ Este foi o primeiro “Manifesto Arte Contra a Barbárie” levado a público para mais de 300 pessoas no dia 10 de Maio de 1.999. Seus signatários foram: Aimar Labak, Beto Andretta, Carlos Francisco Rodrigues,

que teriam que sucumbir a processos de transformação. O Manifesto solicitava o cumprimento do direito constitucional, que abarca os bens culturais que ora eram preteridos, cerceando assim a produção, circulação e fruição dos mesmos. A produção teatral era vista de forma descontínua e gerando subemprego, isto tudo teria que ser pauta de uma profunda revisão.

O movimento liderado por aquele grupo de artistas, exigia assim medidas no sentido de investimento e conquista em prol de uma política de estabilidade e sustentabilidade para a atividade teatral, exigindo imediatas medidas que pudessem apoiar a manutenção dos diversos grupos teatrais do país, o fomento a uma dramaturgia nacional e à experimentação teatral, bem como a possibilidade de continuidade em pesquisa dos grupos teatrais e ainda uma política de viabilização de acesso do público aos espetáculos, além da manutenção, construção e ocupação dos espaços públicos.

3.- O PROGRAMA DE FOMENTO AO TEATRO

No ano de 2.002 se publicava a Lei⁶ que instituía o “Programa de Fomento ao Teatro para a Cidade de São Paulo” que logo no seu artigo primeiro declinava sobre os objetivos daquela Lei, onde prevendo o apoio para a manutenção e criação de projetos de trabalho continuado de pesquisa e produção teatral e buscava o desenvolvimento do teatro e o melhor acesso da população ao mesmo. Há que se ressaltar dentre os vários períodos ao longo de nossa história, que em momentos de uma sociedade evoluída como a atual, este foi um grande marco histórico apontando para a criação de políticas públicas para a cidade de São Paulo e até mesmo do país.

A lei tem sem dúvida um grande destaque na promoção de grupos teatrais, criando possibilidades para que estes tenham as ferramentas de se solidificarem e de fato poderem se

César Vieira, Eduardo Tolentino, Fernando Peixoto, Gianni Ratto, Hogo Possolo, Marco Antonio Rodrigues, Reinaldo Maia, Sérgio de Carvalho, Tadeu de Souza e Umberto Magnani.

⁶ Este é o primeiro artigo da Lei nº 13.279 que instituiu o Programa de Fomento ao Teatro na Cidade de São Paulo. Esta Lei foi publicada no dia 08 de Janeiro de 2.002.

constituir em uma base concreta de desenvolvimento cultural, capazes de investigarem e desvendarem novas estéticas, novas dramaturgias, enfim, terem o apoio do estado para dar continuidade à função social do teatro, capaz de integrar os povos e participar de um processo de transformação social, a partir do entendimento e visão de uma grande diversidade mundial, englobando a cultura, economia, política e tudo o mais que envolve os processos de elos de um mundo globalizado.

Ressalta Milton Santos (2008: p.28), *“O tempo real também autoriza usar o mesmo momento a partir de múltiplos lugares; e todos os lugares a partir de um só deles. E, em ambos os casos, de forma concatenada e eficaz”*. Quando se refere à convergência dos momentos dentro de um processo de globalização, onde ao mesmo tempo várias pessoas e países podem ter acesso a um determinado seguimento naquele único e mesmo momento, pode-se pensar em uma apresentação cênica. Esta encenação, através de uma estética teatral, pode proporcionar simultaneamente as mais variadas reações e leituras para pessoas vindas dos mais diferentes lugares e pensamentos.

Ainda na reflexão sobre o envolvimento e comprometimento do Programa de Fomento ao Teatro para a cidade de São Paulo, pode-se pensar nas discussões que se sucederam no percurso de suas edições. O Parecer da Comissão Julgadora da XIVª edição do Programa⁷, propõe esclarecer e ainda comentar os fatos pelos quais alguns grupos puderam ser contemplados naquela edição e outros não. A Comissão deixa claro acerca da transparência no processo de seleção, embora persista sempre desconfiança por parte de grupos que não tiveram seus projetos fomentados. Ela solidariamente enfatiza que, acima de qualquer suspeita, muitos grupos ainda deixam de ser contemplados por falta de verba no orçamento.

Também é importante que se pense e discuta acerca do comprometimento envolvido nestes outros projetos que não foram contemplados. Certamente, há que se pesar na questão financeira, em relação a dotações orçamentárias previstas. A Comissão Julgadora, em seu parecer informado, aponta para tais questões orçamentárias, constatando o prejuízo cultural quando teve que reduzir o número de projetos selecionados por conta de um déficit no

⁷ Parecer expedido em 17 de Março de 2.009, assinado pela Comissão Julgadora: Izaías Almada, Carminda Mendes André, Cássio Pires, Evaristo Martins de Azevedo, Gabriela Rabelo, Luiz Amorim e Tiche Vianna. Foi o Parecer para a XIVª edição da Lei de Fomento ao Teatro da Cidade de São Paulo.

orçamento em relação ao que prevê a Lei de Fomento ao Teatro em seu artigo 2º⁸. Fatalmente toda esta previsão tem se reduzido a cada ano que passa, realizando na primeira edição do ano de 2009 apenas 2/3 do que de fato deveria somar.

4.- OS PROJETOS

Há que se fomentar a participação da sociedade no que tange ao fazer teatral, por se pensar no teatro como um meio de transformação de uma realidade. Importante é pensar que uma contra-partida social tem que ser a que proporcione cumplicidade entre os diversos agentes culturais e a sociedade, promovendo conjuntamente, a emancipação dos diversos grupos sociais.

Todo projeto cultural é passível de sofrer alterações, visando uma melhor adequação e aprimoramento. Perdas e danos puderam ser sentidos pela ausência de políticas pública para a cultura, que pudessem somar e que apontassem em direção a proposta da inclusão. A ausência destas, pode deixar a cultura ao domínio do mercado, tornando-se ao que se pode chamar, de uma política de eventos.

Também merece destaque, o quão importante são os controles efetivos da execução de projetos que são financiados pelo Estado e necessitam de um acompanhamento e constante discussão acerca da realização do que foi previsto. Este foi o motivo da reunião promovida na Secretaria Municipal de Cultura, um ano após a promulgação da Lei de Fomento ao Teatro.

Em entrevista concedida, constata-se: *“no começo do Programa, não havia como se controlar a execução dos projetos fomentados, hoje a organização é melhor, temos o controle de cada grupo, há uma equipe que controla a execução dos projetos”*. (Entrevista concedida ao autor em 28/01/2009). Concomitantemente devem ser criadas não apenas condições práticas para o controle de sua execução mais também a cobrança daqueles que empenham o dinheiro público em direção da reconstrução e transformação social. Tem que se preocupar com a criação de mecanismos para que de fato se tenha a cumplicidade com a responsabilidade

⁸ O artigo traz: “Programa Municipal de Fomento ao Teatro para a Cidade de São Paulo terá anualmente item próprio no orçamento da Secretaria Municipal de Cultura como valor nunca inferior a R\$6.000.000,00(seis milhões de reais)” e no parágrafo segundo: “Os valores de que trata este artigo serão corrigidos anualmente pelo IPCA-IBGE, ou pelo índice que vier a substituí-lo.

social, promovendo desta forma, o caminho rumo a uma efetiva emancipação com condições reais para um desenvolvimento sustentável.

Mais uma vez é possível afirmar que neste terreno de conflito entre a classe hegemônica dominante e a subalterna é que surgem as transformações. A Lei de Fomento foi produzida com a certeza de fortalecer os debates acerca da transformação de uma realidade. Ela proporcionou assim que aquela e outras parcelas de grupos teatrais pudessem ter a possibilidade de manterem uma ação cultural continuada de excelência e qualidade e fomentada diretamente pelo Estado, pois pensando no teatro como uma das possibilidades na busca contínua da construção da cidadania, não haveria de pensá-lo como correspondente aos valores da indústria cultural e nem como atuante em escala de mercado.

5.- OS NOVOS RUMOS COM O PROGRAMA DE FOMENTO AO TEATRO

Isto posto, é possível caminhar rumo ao entendimento de que se fazia necessária à criação de uma Lei, não com o cunho assistencialista e sim como uma política pública para a cultura em busca de mudanças que pudessem produzir um verdadeiro crescimento muito na produção gerando uma maior circulação e consumo dos bens produzidos.

Em entrevista realizada junto a um ator, este comenta: *“...é muito bom trabalhar em um grupo beneficiado pela Lei de Fomento ao Teatro, pois já trabalhei em vários grupos, buscando somente quase sempre o lado financeiro promovido pelas bilheterias e muitas vezes não pensando muito no fazer artístico”* (Entrevista concedida ao autor em 05/07/2009). Ainda se constata a carência financeira para aquele artista se manter e poder concomitantemente realizar seus projetos artísticos fora da política de entretenimento e numa vertente mercantilista. É cada vez mais importante a parceria entre o estado e a sociedade na promoção do advento cultural como meio de evolução e transformação.

Sempre que vem a tona uma discussão sobre este tema, é prudente pensar que a ação tem que ser permanente, não tão somente no sentido de proporcionar estratégias momentâneas. Claro que estas diferenças são diminuídas, pois vão sempre ao encontro de um processo possível de

transformação e, qualquer medida em prol de uma situação que caminhe para a mudança de uma realidade, pertencerá ao quadro de uma efetiva política pública.

Em observação efetuada junto ao Grupo Teatral Realce⁹, se constata as dificuldades de um grupo teatral que não possui o apoio do Programa de Fomento ao Teatro. Este grupo realiza também o que se prevê um projeto artístico com envolvimento social, mantendo sob sua responsabilidade, inúmeros profissionais envolvidos com os seus trabalhos cênicos. O que se percebe é que não há de forma geral, a constância destes artistas em seu grupo. Pode-se notar que pela enorme rotatividade de suas atividades, sem uma possível fixação dentro de seu território de origem, o envolvimento e comprometimento social de seus projetos podem não se desenvolver dentro de um processo sustentável. Há um núcleo de artistas que permanece, porém a maioria não é constante.

Nota-se com tudo isto que, ao contrário daqueles grupos que têm o incentivo da Lei de Fomento ao Teatro, estes outros grupos estão fixados em determinado espaço de uma região, promovendo e contribuindo com a transformação daquela área. Muitas regiões antes tidas como áreas marginais e de perigo, pela participação ativa destes artistas com seus projetos incentivados no Programa de Fomento ao Teatro, foram transformadas em pontos e postos culturais, envolvendo toda a comunidade e até mesmo a parcela comercial da região, formando parceiros de cultura.

Esta certamente fará parte de uma política de inclusão das categorias e classes em necessidade de mudanças, necessidades estas que ultrapassam as econômicas, e se direcionam a uma real possibilidade de que através da cultura, se tornem participantes ativos na construção e elaboração de sua história, e caminhe em direção da construção da cidadania, esta atitude há de ser sempre promovida.

È possível pensar no teatro como sendo o terreno do campo da cultura de importantes reflexões, capazes de possibilitar um olhar sobre as coisas, porque o teatro resgata a possibilidade de se lidar com o simbólico. No teatro se têm os mais diversos caminhos da

⁹ Foram realizadas observações junto ao Grupo Teatral Realce. As observações se seguiram durante os processos de ensaio, no momento das apresentações para o público e também durante o processo de contratação de profissionais envolvidos.

busca pela memória e pelo estudo, de toda uma vivência de acontecimentos através dos séculos, envolvendo as mais diferentes sociedades do mundo, com suas tradições e aspirações, onde pela técnica utilizada no trabalho do ator, os diversos personagens trazem no palco a representação de acontecimentos marcados por esta infinidade de seres componentes do universo, e que refletem um passado tão distante e que pode se aproximar quando da sua confrontação com um presente supostamente intocável.

Desta forma, é o teatro um instrumento importante no contexto político e social para esta ou aquela sociedade. Nos trouxe o teatro épico de Bertold Brecht¹⁰, exaltando uma desmistificação e fortalecendo o pensamento: *“os infortúnios recaídos sobre os homens, estes não são eternos e sim históricos, sendo certamente passíveis de superação”* (ROSENFELD, 1985: p.150). Isto certamente marca a participação lúcida do público diante de uma encenação teatral, onde o mesmo passa através da quebra da quarta parede, a estar participativo e atento a tudo o que acontece, deixando de ser um espectador passivo num contexto puramente dramático. Neste contexto encontra-se a figura do artista, personalizada no papel do ator, como o principal interlocutor deste projeto teatral com financiamento proporcionado pelo estado, onde se percebe a importância do trabalho em grupo, assim como trouxe a estética de Brecht.

O ator é o protagonista de todo este projeto, é sua a responsabilidade pelo resultado na prática, formando assim a base organizativa para a execução deste projeto, com caráter de continuidade. Há que se destacar as necessidades de regularização para obtenção do registro do ator nos órgãos competentes do trabalho. Uma parcela de atores exerce a profissão sem o seu devido credenciamento no órgão competente, através de um registro profissional que lhe dá o direito de exercer a arte como meio de transformação de uma realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ator ao longo dos anos, tem se colocado, por razões múltiplas, dentro de um contexto que o obriga a articular os seus trabalhos em diversos grupos teatrais, sobretudo por necessidades

¹⁰ Nasceu no final do século XIX na Alemanha. As idéias e a estética deste dramaturgo influenciaram autores, diretores e demais artistas de teatro, em instituições e entidades culturais e políticas no Brasil, como nos CPCs da UNE (Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes).

econômicas e de sobrevivência, ele normalmente mesmo antes do fim de uma temporada de determinada produção teatral, já está se engajando em outra. O que se pretende nesta profissão, como em qualquer outra é um processo contínuo de aprendizagem profissional, dentro de um universo cultural que deva ser considerado pelo poder público como necessidades de uma política fomentada e financiada pelo estado, tais como é a saúde, a educação e o transporte.

O reflexo de um desenvolvimento sustentável, o qual envolva uma cumplicidade recíproca do artista para com a sociedade, sendo portanto fomentado o desenvolvimento no sistema de produção, onde junto a ele possibilidades de uma pesquisa que criará a sustentabilidade onde se possam criar estéticas teatrais e dramaturgias, capazes de serem repensadas e reconstruídas constantemente.

Ratifica-se o pensamento central deste trabalho, o qual pretende exaltar e focar para o estudo em direção ao que se pode propor uma política pública prática em consonância com os interesses das classes subalternas, enaltecendo suas práticas culturais para que estas em contato com as demais possam se transformar e se reinventar e serem apropriadas por todos.

Dentro deste universo, a figura do ator se transcende com a possibilidade de intermediar toda esta manifestação, através das suas mais variadas e repetidas representações, ele passa a ser de fato o interlocutor de todos os anseios, de todas as forças consubstanciadas no interior de cada sociedade, com sua história, aspirações, tradições, memórias, conflitos, vitórias, derrotas, tudo isto formando uma cadeia de processos transformadores e garantindo a efetiva participação de todos, por meio deste resgate cultural, na transformação da sociedade.

O Programa de Fomento ao Teatro na cidade de São Paulo tem, de fato, promovido grandes avanços no que diz ao comprometimento do estado na criação de políticas públicas para a cultura. Importante ressaltar as necessidades de uma ampliação no orçamento para o Programa de Fomento ao Teatro, para que se possa atender cada vez mais uma parcela maior de grupos comprometidos com o desenvolvimento sustentável de seu país. Por outro lado, também se fazem necessárias políticas no sentido de desencadear a efetiva conscientização

dos diversos agentes culturais, para que assim seja ratificada a parceria da arte e educação como possibilidades de transformarem uma realidade social.

Grupos já beneficiados pela Lei de Fomento, como “Os Parlapatões”, têm se envolvido de fato em novas e sustentáveis estéticas teatrais e dramaturgias, proporcionando efetivas mudanças culturais no entorno do espaço onde desenvolvem suas atividades. Espaços culturais foram marcados pelas práticas desenvolvidas acerca do teatro, que com o apoio deste programa, tem viabilizado aos grupos estas possibilidades. De fato os projetos têm se destacado no que tange a contra-partida social, envolvendo as várias comunidades em seus programas, contribuindo para a formação de uma nova realidade e a efetivação da cidadania.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Fernando. **A Cultura Brasileira**. 6ª ed. Rio de Janeiro: editora UFRJ; Brasília: editora UnB, 1996.

COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. 3ª ed. São Paulo: editora Iluminuras, 2004.

COSTA, Iná Camargo & CARVALHO, Dorberto. **A luta dos grupos teatrais de São Paulo por políticas públicas para a cultura: os cinco primeiros anos da lei de fomento ao teatro**. 1ª ed. São Paulo: Cooperativa Paulista de Teatro, 2008.

FERREIRA, Maria Nazareth. **Os Desafios da Produção Científica no Neoliberalismo: As Culturas e a Comunicação Subalternas**. São Paulo: ECA/USP, 1995.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira & Identidade Nacional**. 5ª ed. São Paulo: editora Brasiliense, 2006.

ROSENFELD, Anatol. **O teatro como instrumento didático**. In: O teatro épico. (coleção debates 193). São Paulo: editora Perspectiva, 1985.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 15ª ed. Rio de Janeiro: editora Record, 2008.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. São Paulo: Idéias & Letras, 2006.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 2ª ed. São Paulo: editora Paz e Terra, 2000.

SITES:

MINISTÉRIO DA CULTURA, disponível no site: <http://www.cultura.sp.gov.br/site>, acessado em 14/06/2009.

SECRETARIA DE CULTURA DE SÃO PAULO, disponível no site: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura>, acessado em 25/06/2009.

DIRCEU, José Zé Dirceu...Um espaço para discussão no Brasil, disponível no site: http://zedirceu.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3766&itemid=105, acessado em 21/06/2009.

CADERNO DO KAUS O TEATRO DA AMÉRICA LATINA, disponível no site: http://www.scortecci.com.br/lermais_materiais.php?cd_materiais=3952, acessado em 17/07/2009.

TEATRO DE GRUPO DE SÃO PAULO, disponível no site: <http://teatrodegupo.zipnet/>, acessado em 15/08/2009.

10 ANOS DA COMPANHIA DO LATÃO, disponível no site: <http://www.companhiadolatao.com.br/html/manifestos/index.htm#3>, acessado em 31/08/2009.

DOCUMENTOS:

LEI QUE INSTITUI O PROGRAMA DE FOMENTO AO TEATRO PARA A CIDADE DE SÃO PAULO - Lei nº 13.279, de 08 de Janeiro de 2002.

PARECER DA COMISSÃO JULGADORA DO XIVº EDITAL DA LEI DE FOMENTO AO TEATRO NA CIDADE DE SÃO PAULO – São Paulo/Março de 2009.